

BC vai rever regras

GUSTAVO FREIRE

BRASÍLIA — Anunciadas há apenas um dia, as regras dos novos fundos de investimento criados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) já passam por mudanças. Feitas as contas na ponta do lápis, os bancos chegaram à conclusão de que, da forma como foi anunciado, os percentuais das aplicações nos fundos a serem recolhidos ao Banco Central (BC), sob a forma de compulsório, inviabilizariam os novos produtos. "Não queremos eliminar a competitividade dos novos fundos", disse um técnico do BC.

As queixas levaram o BC a adiar a divulgação das normas que regulamentarão os novos fundos para segunda-feira. O fato frustrou o mercado, que esperava pela divulgação das normas pelo Sistema de Informação do BC (Sisbacen) para começar a definir os novos produtos, que deverão ser lançados em 1º de agosto.

Pelas normas anunciadas pelo presidente do BC, Gustavo Loyola, os fundos com prazo de até 29 dias teriam que recolher 35% dos recursos captados aos cofres do governo. O percentual se reduziu para 10% nas aplicações de 30 a 59 dias e ficaria em 5% nos investimentos de dois meses a 89 dias. O objetivo é, com isso, indu-

zir os investidores a optarem por aplicações de prazo maior.

"Como é que eu vou garantir uma rentabilidade maior ao cliente que deixou seus recursos aplicados por 60 dias com esse compulsório?", indagou o dirigente de banco.

O maior temor do mercado é que os novos fundos repitam o fraco desempenho dos Depósitos de Reaplicação Automática (DRA), que já foram apelidados pelo mercado de *CDBzões*. Lançados em 1º de julho, só captaram até hoje pouco mais de R\$ 6 milhões, quantia ridícula se comparada aos fundos de *commodities*, que têm mais de R\$ 21 bilhões.

Na opinião de operadores do mercado, o fracasso do DRA decorreu do fato do BC ter proibido os bancos de oferecerem aos clientes um produto com rendimento inferior à Taxa Básica Financeira (TBF). Isto os obrigou a arcar com altos custos da captação, induzindo-os a exigir dos clientes elevados depósitos mínimos no início da aplicação. Alguns bancos chegaram a exigir R\$ 100 mil de depósito mínimo.

Depois de definir regras para alongar os prazos das aplicações financeiras, o governo tentará, na próxima terça-feira, iniciar o alongamento dos prazos da dívida pública (em títulos).